

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCIA PEREIRA DAS NEVES

Casa de David Canabarro em Santana do Livramento: diferentes apropriações do patrimônio histórico-cultural.

Porto Alegre

2009

MARCIA PEREIRA DAS NEVES

Casa de David Canabarro em Santana do Livramento: diferentes apropriações do patrimônio histórico-cultural.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial a
obtenção do título de Bacharel na
Graduação em História pela UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tudo, principalmente pelo sustento. À minha família, pela paciência e compreensão ao longo dos finais de semana de Trabalho de Conclusão, e aos irmãos e amigos pelo apoio e pelas palavras de perseverança. Agradeço ao IPHAN/RS, e a todos que participaram da minha caminhada de dois anos de estágio na instituição, em especial a Beatriz e o Marcus, colegas diretos, por tudo que pude aprender com eles neste tempo, e a Valéria e a Ana Meira, respectivamente pelo auxílio com os documentos, e pela possibilidade de acesso aos mesmos. Agradeço ao meu orientador Cesar Guazzelli pelas precisas e frutíferas orientações e ao professor Álvaro Klafke, pelo acompanhamento do projeto e pelo incentivo ao meu Trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de problematizar as questões que envolveram o traslado dos restos mortais de David Canabarro da cidade de Porto Alegre para Santana do Livramento, ocorrido em 2008, e sua instalação no Mausoléu construído no terreno da Casa de David Canabarro, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sem autorização do mesmo.

Desta forma, foram pesquisados e analisados diversos documentos que a Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul (IPHAN/RS) possui sobre estes fatos como processos, ofícios e pareceres, além do *Projeto Canabarro*, feito pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, constante em processo do IPHAN/RS. A documentação foi interpretada e questionada, visando identificar quem escreveu o documento; sob quais circunstâncias; para quem se destinava o mesmo; e quais os possíveis futuros leitores desta documentação. Também foram pesquisadas diversas reportagens constantes no *Projeto*, e nos sites e/ou jornais Zero Hora e Correio do Povo, procurando definir, como e quando foram produzidas; concluir a quem se dirigem; definir os objetivos e os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes; determinar os interesses econômicos e políticos dos mesmos; e diferenciar a imprensa da opinião pública.

Analisaram-se os personagens que atuaram nestas disputas, as divergências de opiniões e de visões sobre o patrimônio, assim como as relações da Instituição (IPHAN) e de parte da população, representada pelo MTG, com o bem tombado, no período entre 2003 e 2008, além da forma de apropriação deste patrimônio pela “população” e pelo IPHAN no planejamento e na prática.

O MTG pretendia desde 2005 fazer o traslado, e instalar os despojos do General Farroupilha em um mausoléu a ser construído na Praça central da cidade,

mas a prefeitura de Livramento sugeriu oficialmente que o mesmo fosse instalado no pátio da Casa de David Canabarro. Pelo que se pode verificar, com a construção do Mausoléu, ambos pretendiam exaltar a memória de Canabarro e da Revolução Farroupilha. O IPHAN/RS, por sua vez, desde 2003, planejava a implantação do Museu do Pampa na mesma Casa, onde o IPHAN já havia investido muitos recursos em restaurações. Tal Museu seria dedicado à cultura e aos hábitos campeiros, valorizando o artesanato em lã e em couro, a literatura a respeito da cultura gauchesca, etc..

Entre os documentos analisados, pode-se observar diversas contradições com relação ao local de implantação do Mausoléu de Canabarro, além do empenho do IPHAN/RS em conseguir recursos para iniciar a instalação do Museu na Casa de Canabarro, antes que o Mausoléu fosse construído no local, dando ao imóvel um sentido oposto ao desejado pela Instituição. Em que pese a intenção do IPHAN/RS, e suas notificações à prefeitura da cidade pelas irregularidades da obra, a construção do Mausoléu e o traslado ocorreram, e o Instituto abdicou do plano de instalar o Museu, pelo fato de a prefeitura ter dado outro fim ao imóvel.

Palavras-chave: patrimônio; Casa de David Canabarro; IPHAN; MTG.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O IPHAN SE REFERE, O MTG REVIVE	14
1.1 O IPHAN DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS	15
1.2 O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO	19
2 DIFERENTES APROPRIAÇÕES DA CASA DE CANABARRO	23
2.1 A PROPOSTA DO MUSEU DO PAMPA	23
2.2 UM MAUSOLÉU PARA OS RESTOS MORTAIS DE CANABARRO	28
3 O ESPAÇO DAVID CANABARRO: ENTRE NOTIFICAÇÕES E CAVALGADAS ...	35
3.1 A ATITUDE DA “POPULAÇÃO”: O MAUSOLÉU E A CAVALGADA	35
3.2 A RESPOSTA DO IPHAN: NOTIFICAÇÕES E ABDICAÇÃO	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
FONTES PRIMÁRIAS	48
BIBLIOGRAFIA.....	49

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980 tem se assistido em todo o mundo um aumento no interesse pelas questões da memória e do patrimônio. Essas temáticas são alvo de historiadores e demais intelectuais, que vêm pensando estes conceitos e o motivo de estarmos utilizando-os de forma tão freqüente. Nos cursos de história, estes aspectos vêm ganhando espaço, ao ponto de levarem à reforma curricular em algumas instituições, como é possível notar no estado do Rio Grande do Sul, com a Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), a Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e a Universidade Federal (UFRGS). Estas instituições incluíram em seus currículos disciplinas como *Educação Patrimonial* (FAPA), *História e Acervos e Patrimônio Histórico* (PUCRS), além das disciplinas de *Patrimônio Histórico Cultural* para a terminalidade de mesmo nome, no Bacharelado da UFRGS.

Esta movimentação de algumas universidades em torno do campo do patrimônio é conseqüência de uma, também recente, demanda por intelectuais capacitados para trabalharem neste campo nas Ciências Humanas. Os historiadores vêm sendo contratados para trabalhos em memoriais, arquivos, e museus, muitas vezes privados, onde desenvolvem trabalhos distantes do que era aprendido nos antigos currículos acadêmicos. A ênfase dada à pesquisa e à carreira acadêmica, principalmente nos currículos de bacharelado, restringia o campo de trabalho do historiador ou, no mínimo, apresentava desafios quando este se aventurava em campos “estranhos”.

Andreas Huyssen (2000) afirma que a memória tem se tornado, nos últimos trinta anos, uma preocupação cultural nas sociedades ocidentais, que vêm apelando para uma volta, ou, um resgate, ao passado, em oposição à ânsia pelo futuro característica do início do século XX. De acordo com o autor, esse discurso sobre memória inicia-se com o aumento do debate sobre o Holocausto ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial, o qual estabelece a decadência do Iluminismo, tão inspirador no início do mesmo século.

Segundo Huyssen (2000), o fato de o presente ser tão rápido e fugidio, contribui para a preocupação do homem em resgatar seu passado. A sensação de que o tempo está escapando por entre os dedos dos homens fez com que a sociedade ocidental passasse a se apropriar de seu passado resgatando suas memórias e criando referências em determinados lugares, em sua maioria, focos de preservação.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993: 7)

Com o aumento da integração global, ao final do século XX, três conseqüências começaram a ser sentidas: o enfraquecimento das identidades nacionais devido à homogeneização cultural; o reforço das identidades locais como resistência à globalização; e o declínio das identidades nacionais, que passam a ser substituídas por identidades novas, híbridas (HALL, 2004). Este acirramento da oposição entre o nacional e o regional, em termos de cultura, no caso do Rio Grande do Sul, veio a somar-se às oposições já existentes e características do estado com relação ao país.

A ocupação inicial do sul do Brasil deveu-se ao interesse português em aproximar suas fronteiras do rio da Prata, com vistas a possibilitar o acesso ao escoamento dos metais da coroa espanhola. Entre muitos conflitos com os espanhóis da Banda Oriental, e diversas alterações na linha de fronteira, o atual Rio Grande do Sul iniciou sua formação. Característico da região, uma maior identificação com os orientais do que com o a colônia portuguesa, levando a uma oposição, não só cultural, mas também econômica e política com relação à maior parte do território lusitano, que perpassou o período colonial, a república, e vem até os dias de hoje.

Como parte deste contexto de oposições, começou a surgir no Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade da década de 1940, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Entre as manifestações que culminaram com sua fundação, em 1947 o

Movimento organizou o traslado dos despojos de David Canabarro de Santana do Livramento para Porto Alegre, sob a promessa de que seria construído um monumento para abrigá-los, dando destaque aos feitos do General Farroupilha. Mais de sessenta anos depois, nada foi feito, e os restos mortais de Canabarro encontravam-se em um túmulo no cemitério da Santa Casa de Misericórdia na Capital.

Desta forma, em 2005, iniciou-se uma campanha para trazer de volta os despojos do General Canabarro para Santana do Livramento, e instalá-los em um mausoléu a ser construído na Praça central da cidade. A prefeitura de Livramento, por sua vez, sugeriu oficialmente que o mesmo fosse instalado no pátio da chamada Casa de David Canabarro, que fora propriedade do General, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1953.

O IPHAN, órgão responsável em nível nacional pela preservação do patrimônio, dentro do desenvolvimento de suas políticas de preservação, desde o final da década de 1970, vem seguindo uma tendência de valorização de referências culturais, voltando-se à cultura popular, e ao chamado Patrimônio Imaterial, de forma que, em 2003 a Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul (IPHAN/RS), planejava a implantação do Museu do Pampa na mesma Casa almejada pela prefeitura de Livramento. Tal Museu seria dedicado à cultura e aos hábitos campeiros, valorizando o artesanato em lã e em couro, a literatura a respeito da cultura gauchesca, etc.. A idéia inicial para o Museu assemelhava-se à estrutura do Museu Edson Carneiro, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), no Rio de Janeiro, ou seja, com um enfoque mais antropológico, etnográfico, e a Casa seria escolhida devido à sua representatividade enquanto testemunho da vida campeira¹.

¹ Carlos Fernando de Moura Delphim, arquiteto do IPHAN/RJ, elaborou o “Parecer sobre o Sítio da Casa de David Canabarro em Santana do Livramento, RS”, em 28/06/2004, constante no Processo 01512.000417/2008-21 em trâmite no IPHAN/RS. Segundo este Parecer, a dita Casa preservou em seu terreno características originais rurais, mesmo tendo passado por reformas que fizeram da arquitetura da mesma, um híbrido rural e urbano. Segundo Delphim, independente das alterações, o sítio é originalmente rural, e o uso tradicional do solo ainda se mantém no local, o que seria especialmente importante preservar, a fim de que se tenha, em um só espaço, a Casa e a paisagem – e seus usos - que integram o sítio. Segundo Beatriz Muniz Freire, “A Casa (...) será referida como testemunho de um modo de vida característico na região – a vida campeira, dedicada à pecuária, numa área marcada por conflitos históricos e trocas culturais intensas.” (Informação Técnica nº082/2008, de 15/07/2008, do IPHAN/RS).

Em meio às dificuldades orçamentárias do IPHAN para instalar o Museu e às disputas em torno da Casa por seus herdeiros, toda a movimentação em torno do segundo traslado dos despojos de Canabarro, agora de Porto Alegre para Livramento, culminou com a efetivação do mesmo em setembro de 2008, e com sua instalação em um mausoléu construído no pátio da Casa tombada, mesmo sem autorização do IPHAN.

É possível observar que tratam-se de diferentes formas de apropriação do patrimônio. Para o IPHAN, a Casa de David Canabarro é testemunho da cultura campeira (Patrimônio Imaterial); para parcela da população, representada pelo MTG, a Casa (Patrimônio Material) representa a memória do General, considerado pelo Movimento um herói farroupilha, que possuía (em 2008) um monumento em sua homenagem na praça central da cidade.

A partir disto, colocam-se algumas questões importantes para discutir e problematizar os fatos ocorridos desde 2003, que culminaram com a instalação do túmulo de Canabarro na Casa tombada, em 2008. A análise dos diferentes personagens que atuaram nestas disputas, das divergências de opiniões e de enfoques dados ao patrimônio e do debate surgido deste episódio pode contribuir para um melhor entendimento das questões que cercam a apropriação do patrimônio por parte do público.

A proposta de trabalho aqui apresentada visa responder as seguintes questões:

1. Como se deram as relações da Instituição (IPHAN) e da “população”² com o bem tombado, no período entre 2003 e 2008?
2. Como se deu a apropriação deste patrimônio pela “população” e pelo IPHAN no planejamento e na prática?
3. Como se constituem as duas visões sobre o patrimônio: a da instituição e a da “população”?

² Quando me refiro à população, quero dizer a parcela da população representada pelo MTG, assim como os demais grupos que apoiaram o traslado dos despojos de Canabarro (CTGs e Prefeituras de municípios próximos à Livramento e/ou envolvidos com o movimento tradicionalista, além dos descendentes de Canabarro e da própria Prefeitura de Livramento).

Para tanto, foram pesquisados e analisados os documentos que o IPHAN/RS possui sobre o traslado e a instalação dos restos mortais de David Canabarro no Mausoléu construído na Casa tombada, bem como reportagens sobre o assunto. A decisão de escolher esta documentação se deveu à qualidade do Processo nº. 01512.000417/2008-21, de solicitação de Parecer sobre a instalação do Mausoléu, composto pela documentação produzida pelo IPHAN/RS, mas também pelo chamado *Projeto Canabarro*, feito pelo MTG, onde constam as motivações do traslado e da instalação do Mausoléu. Neste *Projeto* também existem documentos da prefeitura de Santana do Livramento sugerindo a instalação do Mausoléu na Casa tombada, sem a autorização do IPHAN, como alternativa à sugestão do MTG de edificar o mesmo na praça da cidade, local que abrigava um monumento ao General Farrapo.

O Processo em questão é composto majoritariamente por documentação oficial (tanto do IPHAN, quanto da Comissão para o Traslado dos Restos Mortais de David Canabarro³ e das demais instituições que se manifestaram a respeito do *Projeto Canabarro*), a qual foi interpretada e questionada, tendo em vista os pontos destacados por Thuilier & Tulard (1989), como: quem escreveu o documento; sob quais circunstâncias; para quem se destina o mesmo; e quais os possíveis futuros leitores desta documentação.

Segundo Le Goff,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (2003: 536)

De acordo com o Autor, o que transforma o documento em monumento é sua utilização pelo poder, suas condições de produção histórica na sociedade, que visam (voluntária ou involuntariamente) impor ao futuro certa visão dela mesma (LE GOFF,

³ A Comissão, composta em sua maioria por pessoas ligadas diretamente ao MTG, foi instituída pela Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAC), de acordo com a Portaria nº011/06, de 30/03/2006.

2003). Desta forma, o documento pode ser considerado uma construção, e por isso, devem ser consideradas as condições em que ele foi produzido (CAPELATO, 1988).

Também foram analisadas as reportagens constantes no *Projeto Canabarro*, de diferentes jornais, em diferentes épocas, selecionadas pelos membros da Comissão para o traslado, a fim de compor o mesmo. Além disso, foi utilizado o sítio do jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, onde pode-se acessar as edições do jornal no período de 23 de agosto a 13 de setembro de 2008, quando ocorreu a cavalgada que transportou a urna funerária de Canabarro, bem como o *blog Cavalgada Histórica: O retorno de David Canabarro*, pertencente ao jornal Zero Hora, que cobriu o evento, com a finalidade de estabelecer um breve roteiro do mesmo e seu desfecho. Segundo Maria Helena Capelato (1988), é fundamental para se compreender a participação de um jornal na história definir quem são seus proprietários, como e quando foi produzido; concluir a quem se dirige; definir os objetivos e os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes; determinar os interesses econômicos e políticos do mesmo; diferenciar a imprensa da opinião pública.

Ao falar da “conquista dos corações e mentes”, a autora se refere aos diversos fatores que fazem um jornal conseguir seu público, como a diagramação, a escolha de palavras de efeito, e os aspectos políticos (a informação enquanto direito público) e empresariais (o jornal enquanto uma empresa privada) (CAPELATO, 1988). O jornal não é imparcial nem neutro, mas, ao mesmo tempo, não é uma fonte totalmente descartável por ter certa subjetividade: o fato jornalístico é construído, e sua subjetividade é relativa (CAPELATO, 1988).

Hobsbawm (1997) estuda o modo como as tradições surgem e se estabelecem, tendo elas o objetivo de “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (p.9). Neste sentido o Movimento Tradicionalista Gaúcho tem se ocupado, desde sua fundação, não somente em reviver o gaúcho, de todas as formas possíveis, mas também em trabalhar um *enquadramento da memória* (POLLAK, 1992) do estado. Trazendo o

foco da história do Rio Grande do Sul para as guerras ocorridas na região atual do estado, em especial a Revolução Farroupilha, o Movimento tem exaltado um gaúcho mítico, e trabalhado nesta memória. Não é pretensão deste trabalho desconstruir o que já foi instituído pelo Movimento, nem argumentar contra a seleção de cenas da história feita pelo mesmo, mas sim tomar esta memória como dada e instituída para parcela significativa da população do Rio Grande do Sul. A influência do Movimento é grande e reconhecida no estado, com seus mitos e heróis, não cabendo hoje seu questionamento, em que pese suas distorções.

Gostaria de enfatizar que, quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (POLLAK, 1992: 7)

Da mesma forma, não é um dos objetivos do presente trabalho quantificar a aceitação da população de Santana ou do estado do Rio Grande do Sul com relação às propostas feitas tanto por parte do IPHAN, quanto por parte do Movimento Tradicionalista, sobre a Casa de Canabarro, mas sim focar-se nas diferentes apropriações propostas por ambos.

A escolha do referido tema deveu-se a uma situação específica. Estagiei, através do bacharelado em História na UFRGS, por dois anos no IPHAN/RS, entre outubro de 2007 e outubro de 2009, o que me permitiu ter acesso às discussões internas e ao acompanhamento de toda a movimentação em torno da Casa de Canabarro e da proposta de Museu do Pampa. Foi por meio do estágio que obtive acesso aos documentos referentes à instalação do Mausoléu no pátio da Casa tombada, bem como à proposta inicial de organização do Museu do Pampa, hoje destinado a ser instalado na Enfermaria Militar, tombada⁴, no Município de Jaguarão. Para utilização dos documentos, bem como do processo ainda em trâmite no IPHAN/RS, solicitei autorização à

⁴ As Ruínas da Enfermaria Militar de Jaguarão foram tombadas, devido a sua importância histórica, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), em 21/12/1992.

Superintendente Ana Lúcia Goelzer Meira, que prontamente acordou em permitir o meu acesso aos mesmos, dentro do Instituto.

A fim de desenvolver o tema proposto, discutindo e problematizando as questões a serem tratadas, o presente trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, *O IPHAN se refere, o MTG revive*, é feito um breve histórico sobre as instituições, localizando-as no contexto da história do Brasil, com a finalidade de possibilitar um melhor entendimento das ações de ambas dentro de seu tempo, bem como das inclinações que levaram aos acontecimentos do ano de 2008. O segundo capítulo, *Diferentes apropriações da Casa de Canabarro*, trata de analisar as duas propostas para utilização da Casa do General Farroupilha: a do IPHAN, de instalar na mesma o Museu do Pampa, e a da “população”, de instalar no terreno do imóvel um mausoléu para Canabarro. Por último, o terceiro capítulo, intitulado *O Espaço David Canabarro: entre notificações e cavalgadas*, visa estabelecer uma cronologia dos fatos que ocorreram até a instalação do Espaço Canabarro no terreno da Casa tombada, bem como discutir e analisar as disputas ocorridas no campo do patrimônio entre a “população” e o IPHAN.

1 O IPHAN SE REFERE, O MTG REVIVE

Para análise inicial do tema a ser desenvolvido no presente trabalho, optou-se por um recuo de tempo que possibilitasse o entendimento do contexto histórico que envolve o MTG em seu surgimento, entre as décadas de 1940 e 1960, e o IPHAN a partir do fim década de 1970, quando de uma inclinação às referências culturais e ao hoje chamado Patrimônio Imaterial.

Na primeira metade da década de 1960, os Centros Populares de Cultura, vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE) traziam conscientização e engajamento ao campo artístico, após a neutralidade do período dos governos de Dutra, o segundo governo Vargas e o de Juscelino Kubitschek (FONSECA, 1997). Durante estes governos o Estado não atuou de forma significativa na cultura, a não ser pelo apoio de JK à arquitetura modernista. Já no governo de João Goulart (1961-1964), vários setores da sociedade foram atraídos ao Partido Comunista, imbuídos pelas movimentações da época, tanto no Brasil, por meio das Ligas Camponesas, da movimentação entre o operariado e o meio artístico em geral, quanto no exterior, com o avanço da União Soviética, e o sucesso das revoluções na China e em Cuba.

Com o Golpe Militar houve uma repressão inicial dos movimentos engajados, mas, ainda assim, diversos setores da esquerda possuíam certa influência cultural, utilizando-se de uma linguagem artística ambígua para permanecer em tal posição. Em meados de 1968, porém, o recrudescimento do autoritarismo de direita, com dura repressão, tanto no meio artístico quanto dentro das universidades e na imprensa, desarticulou as movimentações de esquerda.

Ao longo do governo Médici (1969-1974) a televisão ampliou seu alcance enquanto veículo de cultura de massa, sendo poucos os focos culturais de resistência. Com o General Geisel na presidência (1974-1978), e o início do período de distensão, o governo ainda era repressor e organizador da cultura, com o objetivo de entregar o poder

à oposição sem que esta tomasse rumos muito opostos às políticas desenvolvidas no período militar. Em 1975, ocorreu o fechamento do Congresso e o lançamento do Pacote de Abril, contribuindo para a queda do apoio dos intelectuais à inicial abertura governamental, desmantelando sua articulação.

Após Geisel, o General João Batista Figueiredo assumiu a presidência, dando continuidade ao processo de distensão, e, ao final de 1979, aprovada a Lei da Anistia e o fim do bipartidarismo, esperava-se a passagem do poder aos civis. Muitos dos intelectuais dispersos pelos acontecimentos relatados organizaram-se nos novos partidos, como o PT e o PMDB, e lutaram ainda pelo sucesso da abertura política.

1.1 O IPHAN DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

Ao fim da década de 1970, os debates sobre o patrimônio cultural consistiam na luta pela a autoridade cultural e política para identificar e representar a cultura nacional, e desencadearam os posicionamentos de intelectuais como Aloísio Magalhães, que via no Brasil um país em desenvolvimento, jovem e culturalmente diverso. Esta diversidade compunha-se das influências africana, indígena e européia, vistas por ele como formas culturais atuais, e não como diferentes estágios de evolução, visão comum em sua época. Aloísio ressaltava o perigo de o Brasil perder sua identidade cultural, seguindo outras nações, sendo sobrepujado por elas (GONÇALVES, 2002). Neste contexto, o IPHAN, criado em 1937, voltou-se para a necessidade de articular valor cultural e valor econômico, bem como de articular a própria preservação do patrimônio com os poderes estadual e municipal, culminando numa descentralização do trabalho da instituição, atendendo melhor às necessidades regionais.

Em 1975 surgiu o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRFC), dirigido por Aloísio Magalhães, com o alvo de compreender a cultura no contexto do Brasil contemporâneo, associando desenvolvimento e cultura com áreas politicamente mais

fortes do Governo Federal. Assim, o Centro, que não pertencia à esfera pública, mas era fruto de um convênio integrado pelo Banco do Brasil, CNPq e outras fundações, iniciou projetos com perspectivas inovadoras, sobre aspectos pouco estudados da realidade brasileira. Com base na interdisciplinaridade e buscando apreender a dinâmica do processo cultural brasileiro, o CNRC formulou conceitos que embasaram atuações do MEC. Dentre estes conceitos está o de *bem cultural*, com ênfase no fazer popular, com o objetivo de gerar valor econômico a fim de favorecer o desenvolvimento no Brasil. O CNRC foi incorporado ao IPHAN, em 1979, junto com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH)⁵ e Aloísio Magalhães foi nomeado presidente do Instituto, composto pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e pelo Fundo Nacional Pró-Memória (FNPM)⁶ (FONSECA, 1997).

Segundo Fonseca (1997), na mesma década em que assumiu Aloísio Magalhães, o IPHAN passou por mudanças nas noções de preservação, assumindo uma conotação política e se inserindo nos discursos sobre cidadania, e sobre a necessidade de dinamização da cultura nacional. Uma política objetiva e claramente dirigida à identificação, acautelamento e inclusão de outros bens – que representassem as diferentes influências do nosso país – tornou-se objeto de atenção do IPHAN, que passou a incluir no conceito de patrimônio cultural, bens que são referências culturais, e que “relacionam-se à identidade, à memória e à ação dos grupos sociais” (MINC/IPHAN/DID, 2002: 2). O órgão passou a considerar as necessidades econômicas e políticas de preservação, que começaram a ser legitimadas pela participação social, idéias concomitantes ao processo de reabertura política e instauração da chamada Nova República.

A partir de então, mesmo que a política de tombamentos no IPHAN continuava sendo dirigida por uma elite dentro da instituição (FONSECA, 1997), o órgão voltou-se

⁵ O PCH, criado em 1973, pelo MEC, com participação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), tinha o objetivo de suprir a falta de recursos financeiros do IPHAN, deixando a cargo do mesmo a referência conceitual e técnica para as atividades por ele desenvolvidas.

⁶ O Fundo Nacional Pró-Memória criado em 1979, quando da fusão SPHAN, CNRC e PCH, tinha o objetivo de fornecer meios e recursos para agilizar o trabalho da SPHAN (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

ligeiramente para a cultura popular. A nova constituição brasileira trouxe artigos específicos sobre a preservação do patrimônio⁷, introduzindo a questão do patrimônio imaterial, visivelmente presente no Anteprojeto de Mário de Andrade⁸, que originou o Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, responsável pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No ano 2000 foi aprovado o Decreto Lei nº3551, que instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. O objetivo foi permitir a identificação e a produção de conhecimento sobre estes bens culturais, facilitando assim o apoio e a salvaguarda destas manifestações, incentivando sua continuidade (MINC/IPHAN/DID, 2002). Existem quatro tipos de livros onde podem ser inscritos os bens de natureza imaterial:

- a. Livro de Registro dos Saberes;
- b. Livro de Registro das Celebrações;
- c. Livro de Registro das Formas de Expressão;
- d. Livro de Registro dos Lugares;

O Registro, por tratar de bens imateriais, que por si mesmos são dinâmicos, não é como o tombamento, antes, seguido de planos de salvaguarda, possibilita que sejam produzidos materiais sobre a prática registrada em diversos momentos, acompanhando suas alterações e variações ao longo do tempo.

A atuação do IPHAN no Rio Grande do Sul iniciou-se imediatamente após sua fundação, com o tombamento do Acervo do Museu da União dos Caixeiros Viajantes⁹, em 25 de março de 1938 e da Casa construída com material Missioneiro, na cidade de

⁷ Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que consideram as formas de criar, fazer e viver como patrimônio.

⁸ No Anteprojeto de 1936, Mário de Andrade referiu-se às “artes arqueológica e ameríndia” salientando que são possíveis de serem tombados *lugares da natureza, vocabulários e lendas*, da mesma forma que, no item “Arte Popular”, incluiu “lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular” (Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em 23/11/2008). Todas estas práticas e estes lugares constam em formatação semelhante no Decreto que instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial (nº3.551 de 04/08/2000).

⁹ Este acervo passou a fazer parte do Museu Vitor Bersani, que o hoje compõe o Museu Gama d’Eça, de propriedade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Entre-Ijuís/RS, tombada em 20 de abril do mesmo ano, hoje demolida. No mês seguinte, foram tombados o Sítio de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, e a Coleção Arqueológica, etnográfica, histórica e artística do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre), mas até o ano de 1979, a administração do estado esteve subordinada a São Paulo. A partir de então, e até o ano de 1990, Porto Alegre passa a ter uma sede do IPHAN, responsável também pela atuação da Instituição em Santa Catarina, e é neste ano que o IPHAN no Rio Grande do Sul passa a ser responsável somente pelo próprio estado, com o nome de 12ª Superintendência Regional, atual IPHAN/RS.

Dentro da direção de valorizar o patrimônio cultural imaterial, o IPHAN/RS realizou nos últimos anos dois Inventários de Referências Culturais: o INRC¹⁰ Comunidade Mbyá Guarani em São Miguel Arcanjo e o INRC Massacre de Porongos. O primeiro, visando a valorização do patrimônio imaterial indígena, buscou levantar as referências culturais da etnia mbyá guarani, a partir da vinculação destes com o Sítio de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, e se estendeu por outros três municípios: Porto Alegre, Salto do Jacuí e Palmares do Sul. Como consequência deste inventário, hoje tramita no IPHAN o pedido de Registro das Ruínas de São Miguel como lugar, a chamada *Tava Miri*, que em Guarani significa Sagrada Aldeia de Pedra. Já o segundo INRC, realizado inicialmente na localidade de Porongos, perímetro rural de Pinheiro Machado, estendeu-se pelos municípios de Porto Alegre, Guaíba, Caçapava do Sul e Piratini, fazendo um levantamento de memórias da população afro-descendente sobre o episódio ocorrido ao final da Guerra dos Farrapos. Fruto deste inventário é o pedido de tombamento do sítio de Porongos, também em trâmite no IPHAN.

Além das iniciativas dentro da área de patrimônio imaterial, o IPHAN/RS continua desenvolvendo trabalhos de proteção, conservação e fiscalização dos bens tombados no estado - como a consolidação dos remanescentes missioneiros - assim como tem

¹⁰ A sigla significa Inventário Nacional de Referências Culturais, metodologia desenvolvida pelo IPHAN, com o objetivo de auxiliar no levantamento de dados de caráter etnográfico para os pedidos de Registro de Bens de Natureza Imaterial.

promovido seminários, elaborado diretrizes para atuações específicas e desenvolvido oficinas de educação patrimonial.

Em meio a estas tendências, surgiu dentro do IPHAN a proposta do Museu do Pampa, a ser instalado na Casa de David Canabarro em Santana do Livramento, com a finalidade de valorizar a cultura campeira, utilizando-se da Casa enquanto testemunho da vida campeira e considerando David Canabarro somente “um homem de seu tempo, que vivenciou e teve posição destacada nos conflitos de então.” (Informação Técnica nº082/08, de 15/07/2008, do IPHAN/RS).

1.2 O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO

Entre as décadas de 1930 e 1960, o Rio Grande do Sul caracterizou-se por um contexto propício ao surgimento do Movimento Tradicionalista. Segundo Nedel (2005), com relação à intelectualidade, havia uma grande dificuldade de penetração da literatura gauchesca (chamada de “periférica” e “provinciana”) nos demais estados do Brasil, principalmente nos do Sudeste, em oposição à literatura regionalista nordestina, bem aceita e bem vista no país. Paralelamente, ocorreu a federalização da URGS, e o desenvolvimento dos cursos de Ciências Sociais, cujos intelectuais passaram a criticar o modelo de organização e produção dos eruditos responsáveis pela escrita e divulgação da história do Rio Grande do Sul no país (NEDEL, 2005).

Economicamente o estado passou por um período de crise, deixando de ser o celeiro do país, diante dos demais estados que começaram a produzir os bens de consumo, antes vindos do Rio Grande do Sul, de forma que este perdeu parte significativa de seu mercado. Tal situação foi fomentada pelo processo de industrialização por meio da substituição de importações característico de diversos governos das décadas em questão, desenvolvido de forma desigual no país. No âmbito da política, Vargas ascendeu à presidência do Brasil em 1930, tendo por característica de

seu governo o centralismo político, o intervencionismo estatal e o nacionalismo econômico, de forma que a estruturação de suas alianças com certas oligarquias de outros estados, deixou desapontada a oligarquia sul-rio-grandense, e tornou-se patente aos interessados que não foi o estado do Rio Grande do Sul que assumiu o poder, e sim Getúlio Vargas. O crescente processo de industrialização e urbanização pelo qual o país começou a passar contribuiu para um declínio nas atividades de agricultura e pecuária no estado, contexto refletido na ascensão de uma literatura que passa a tratar de questões sociais, e não mais da exaltação de um passado heróico (NEDEL, 2005).

Esta conjuntura serve de esteio para o desenvolvimento de um movimento que busca reviver o gaúcho, ressaltando a identidade regional como forma de oposição à massificação da cultura e de resistência à possível absorção pela cultura nacional. Com base em uma tradição inventada pelos personagens envolvidos no movimento, o tradicionalismo visa valorizar a “cultura gaúcha” e expandi-la para os demais estados do Brasil.

Segundo Nedel (2005), Barbosa Lessa, então secundarista do Colégio Júlio de Castilhos, havia proposto, ao final das aulas, a formação de um clube tradicionalista, composto por estudantes também vindos do interior para a capital, a fim de não perderem o contato entre si, devido ao fim dos estudos. Paralelamente, um grupo de escoteiros, liderados por Glaucus Saraiva e Hélio Mariante, planejavam a criação de um centro de estudos regionais, visando “à reprodução do modelo militarista do gaúcho-sentinela-da-nacionalidade privilegiado pela historiografia” (NEDEL, 2005: 303), dando destaque à Revolução Farroupilha e, conseqüentemente, vinculando-se com o governo do Rio Grande do Sul, detentor oficial da memória dos farrapos. A fusão dos grupos deu origem ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG) 35, unindo idéias de ambos em torno do objetivo comum: divulgar a chamada “cultura gaúcha”.

O 35 foi de especial importância no surgimento do Movimento, e desatou a abertura de uma seqüência de centros do mesmo tipo, em diversas partes do estado. Além disso, houve um marco simbólico para o início da organização do Movimento

Tradicionalista: um primeiro traslado dos restos mortais do General David Canabarro, de Santana do Livramento para Porto Alegre, pelos homens que lideravam o Movimento dentro Colégio Julho de Castilhos, em 1947.

Para os membros do CTG 35, e a partir deles, o alvo era reviver o gaúcho, na medida do possível, ainda que simbolicamente, e não mais dar vida literária a ele, como nas gerações que o antecederam. Tal atitude alicerçava-se em estudos de folcloristas e historiadores (unindo elementos históricos e tradições inventadas) sobre a “cultura gaúcha”, que constituíram a base das práticas e da legislação do MTG.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul aproximou-se do tradicionalismo desde o início, como bem demonstra a criação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) em 1961, e a oficialização da Semana Farroupilha em 1964. Neste mesmo período a Chama Crioula passou a ser recebida no Palácio Piratini, e em 1966, ano da fundação do MTG, o Hino, as Armas e a Bandeira Farroupilha foram oficializadas como símbolos do Rio Grande do Sul: a tradição construída se estabelecia como oficial. Desde então, temos visto um crescimento do Movimento, que vem trabalhando pela manutenção da memória construída em torno da identidade do gaúcho.

Através da proliferação de CTGs, da promoção de festivais gauchescos, rodeios, desfiles, concursos e outras formas de inclusão, nesse mercado, de inúmeros interessados em folclore não necessariamente ligados aos meios intelectuais, a figura emblemática do gaúcho impôs-se no centro da reflexão coletiva sobre o passado, que já não se limita a ser inventariado, mas é presentificado pelo culto ritual à *tradição*. Ao lado da massificação das encenações públicas da liturgia gauchesca, o tradicionalismo participa da ampliação do aparato governamental de gestão da cultura e impulsiona o desenvolvimento de uma indústria alimentada por potentes veículos de mediação, como o rádio, o cinema e a publicidade. Tudo isso colabora para promover a expansão social e geográfica do chamado *gauchismo*, voga comemorativa que captura o discurso de exaltação regional do ambiente restrito das academias históricas e literárias para estendê-lo aos campos da propaganda, do espetáculo e do turismo. (NEDEL, 2005: 211 e 212)

A partir do início da década de 1960, com a ampliação da influência do MTG, já não trata-se mais de procurar reviver o gaúcho, homem dos pampas, resgatando o passado, mas sim de se viver o tradicionalista dentro das normas e legislações do Movimento: “[...] já não é mais o *gaúcho antigo* o objeto último da celebração, mas os

gaúchos atuais, representados pelo panteão de fundadores da festa *tradicionalista*, já incorporada ao repertório cultural “popular” do Rio Grande do Sul [...]” (NEDEL, 2005: 297).

É como parte de todo este contexto que se encontra a atuação do MTG com relação à Casa de David Canabarro, ao transportar e instalar no Mausoléu construído na Casa pela Prefeitura de Livramento, os restos mortais do General. Tal atitude é uma forma de reforço do poder simbólico do patrimônio tombado, de acordo com o culto à “tradição gaúcha”, segundo o que o Movimento busca reviver, exaltando a memória farroupilha e seus heróis.

2 DIFERENTES APROPRIAÇÕES DA CASA DE CANABARRO

2.1 A PROPOSTA DO MUSEU DO PAMPA

A Casa de David Canabarro, localizada à Rua 24 de maio, nº1024, no Município de Santana do Livramento, foi tombada em 25 de maio de 1953 e inscrita no Livro do Tombo Histórico, devido à representatividade da Revolução Farroupilha no cenário da história brasileira, e do General David Canabarro dentro da mesma Revolução. A partir deste momento iniciou-se a preservação deste patrimônio, por parte do IPHAN, pelo processo de salvaguarda, através de restaurações, incentivos à manutenção e apropriação do bem por parte da população diretamente envolvida com ele, por meio das atividades de educação patrimonial, etc.

Na Informação Técnica nº082/08, de 15/07/2008, do IPHAN/RS¹¹, encaminhada ao antigo Departamento de Museus do IPHAN (DEMU), redigida pela servidora Beatriz Muniz Freire, historiadora, pode-se identificar um pequeno histórico da atuação do Instituto na Casa de Canabarro. O documento visava obter, por parte do DEMU, a reconsideração do Plano de Ação *Criação do Museu do Pampa – Fase I*, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), encaminhado ao mesmo pelo IPHAN/RS, e recusado. Diante da situação apresentada, esta Informação Técnica privilegia os esforços do IPHAN com relação ao imóvel em questão, e defende a visão da Instituição sobre o mesmo enquanto patrimônio, reivindicando a urgência da instalação do Museu do Pampa mediante a pressão da demanda da Prefeitura de Livramento, no ofício nº140/08 datado de 19/05/2008, solicitando parecer quanto a instalação do túmulo de Canabarro no pátio da Casa. Além disso, notícias sobre os planos do MTG de trasladarem os restos mortais de David Canabarro para a cidade de Livramento e a possibilidade de instalarem os

¹¹ Constante no Processo nº01512.000417/2008-21.

mesmos em um Mausoléu no pátio da Casa eram veiculadas pela imprensa desde 2005¹².

O tombamento feito pelo IPHAN em 1953, segundo a Informação Técnica citada, foi resultado da demanda de moradores e instituições da região, liderados pelo historiador local Ivo Caggiani. Os requerentes tinham por objetivo criar no imóvel em questão um Museu dedicado à memória de Canabarro, o que não aconteceu, de forma que a Casa permaneceu como propriedade particular, sendo utilizada como residência.

Em 1954 ocorreu a primeira intervenção no imóvel, obra orçada na época em CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), onde realizaram-se a mudança de esquadrias, o ajardinamento do terreno, etc. Já no ano de 1997, outra intervenção foi necessária, para recuperar as instalações elétricas, além de rebocar e pintar as paredes, e restaurar o piso do imóvel, o que custou mais R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Segundo Beatriz Freire, após um vendaval que atingiu a cidade no ano de 2002, ao final de 2003

...o IPHAN notificou os proprietários, por meio de chamada na imprensa local, a apresentarem projeto de restauro da Casa. Não houve qualquer manifestação por parte dos mesmos. Diante da falta de compromisso de todos, proprietários e residente, e considerando os sucessivos danos sofridos pela Casa, a Superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul, arquiteta Ana Lúcia G. Meira, propôs à prefeitura que a desapropriasse e, com apoio do Instituto, desse a mesma um sentido público. (Informação Técnica nº082/08, de 15/07/2008, do IPHAN/RS)

Em 2004, novo processo de restauração por parte do IPHAN implica em R\$ 78.643,30 (setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta centavos), e em setembro do mesmo ano o então prefeito de Livramento deu início ao processo de desapropriação da Casa de Canabarro, o qual foi concluído somente em julho de 2007¹³. Segundo Beatriz Freire, no ano de 2004 foi proposto “em conversas” com o Prefeito de Livramento, um novo projeto de museu, aceito pelo mesmo, de forma que o IPHAN tratou

¹² Mesmo que as movimentações em torno do traslado já haviam começado, data deste ano uma edição do jornal Zero Hora, de 11 de outubro, com cópia no *Projeto Canabarro*, onde é cogitada a possibilidade de instalação do Mausoléu na Casa tombada pelo IPHAN. Consta na Capa desta edição: “Livramento quer corpo de herói gaúcho”. No interior, na própria reportagem (p.33) consta: “Eles pretendem devolver os restos de Canabarro a sua Fazenda São Gregório (onde morreu, a 50 quilômetros de Livramento) ou à casa onde viveu, à rua 24 de Maio.”

¹³ Conforme o jornal A Platéia, Santana do Livramento, 21 jul. 2007.

de dar início à proposta do Museu do Pampa Gaúcho (Informação Técnica nº082/08, de 15/07/2008, do IPHAN/RS).

Entrementes o Instituto contratou uma pesquisa arqueológica sobre a Casa de Canabarro, sob a Coordenação do Professor Sérgio Klamt (da Universidade de Santa Cruz do Sul), a qual “encontrou pouquíssimos vestígios de ocupação do imóvel no período anterior às primeiras décadas do século XX”¹⁴. Além das escavações, deu-se apoio técnico ao Museu Municipal David Canabarro, através de um mini-curso de três módulos para agentes culturais, chamado *Patrimônio, Museus e Museologia*, datando o primeiro módulo de outubro de 2005, e ficando os outros dois módulos a serem ministrados quando a casa fosse expropriada.

Antes de ser finalizado o processo de expropriação, ainda em 2006, o ofício nº104/2006 de 12/04/2006, do gabinete do Prefeito de Livramento, então o Sr. Wainer Machado, encaminhado ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, então o Sr. José Sperb Sanseverino, declara o interesse da Prefeitura em receber os despojos de Canabarro. O Ofício em questão já afirma que “no município existe a casa onde morou o referido militar, prédio este tombado pelo IPHAN, no qual há um espaço destinado ao Mausoléu que abrigará os restos mortais de Canabarro”. O MTG, por sua vez, já estava se articulando para concretizar o traslado dos despojos de Canabarro para Santana do Livramento, desde 2005, quando surgiram rumores de que o Mausoléu para abrigar a urna funerária seria construído no terreno da Casa tombada. Por estas razões foi feita a Informação Técnica citada, a fim de que o IPHAN obtivesse recursos para iniciar a criação do Museu do Pampa, antes que o Movimento e a Prefeitura de Santana instalassem o Mausoléu na Casa, apropriando-se do patrimônio e reforçando seu poder simbólico por meio da ação política, dando ao local um significado restrito à importância de Canabarro e da Revolução Farroupilha, aos moldes do MTG.

As justificativas da solicitação de reconsideração, por parte do DEMU, do Plano de Ação citado, eram a situação favorável da casa, expropriada e desocupada, e a

¹⁴ Informação Técnica nº082/08, de 15/07/2008, do IPHAN/RS

situação desfavorável do IPHAN, que, segundo Freire, diante da população e da prefeitura de Livramento, tinha sua imagem “fortemente afetada pela descontinuidade na realização da proposta” (Informação Técnica nº082/08 de 15/07/2008, do IPHAN/RS). O Plano de Ação referido não foi executado, de onde se depreende uma segunda rejeição do mesmo por parte do DEMU, por razões que não serão estudadas aqui¹⁵. Ainda no ano de 2008, a casa passou por um quarto processo de restauração, desta vez importando em R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)¹⁶.

O Plano de Ação *Criação do Museu do Pampa - Fase I* justificava-se

... não apenas por possibilitar o uso público de um bem no qual o IPHAN já investiu recursos consideráveis, mas pela oportunidade de instalar-se no sul do país um equipamento cultural destinado à reflexão e debate da cultura de fronteira, que poderá constituir-se num precioso estímulo à revitalização regional, já que a cidade conta com acervos e espaços sub-utilizados. (Plano de Ação Exercício de 2008: Projeto Criação do Museu do Pampa - Fase I. Responsável: Beatriz Muniz Freire)

No mesmo Plano de Ação consta que o IPHAN já havia conveniado com o Centro Nacional de Cultura Popular a elaboração de proposta museológica, a ser desenvolvida por meio de contratação através do Plano de Ação, e que propunha no mesmo a realização dos outros dois módulos do mini-curso *Patrimônio, Museus e Museologia* assim como a contratação de projeto luminotécnico.

Segundo Fonseca (1997), o Patrimônio é o conjunto de bens (no espaço público) símbolos da nação e, por isso, merecedores de proteção. A diferenciação dos conceitos de *bem patrimonial* e de *bem cultural* também feitos pela Autora, auxiliam na diferenciação entre o valor atribuído aos bens por parte do Estado, e aquele atribuído por parte da comunidade, que possui uma relação pessoal e direta com o mesmo. Assim, o *bem patrimonial* é fruto de uma intermediação do Estado que contribuiu para fixar

¹⁵ Creio que seria de grande valia um estudo sobre o desenvolvimento das relações entre o IPHAN central (em Brasília) e o IPHAN/RS no que diz respeito às prioridades dadas pelo primeiro, em detrimento dos anseios dos servidores do segundo. Uma análise sobre os tipos de propostas feitas pela regional, suas ênfases e prioridades, em comparação com aquilo que realmente é feito, de acordo com a liberação das verbas por parte do IPHAN de Brasília, poderia revelar que nem sempre o que a população conhece por atuação do Instituto no Rio Grande do Sul reflete a pretensão do mesmo, mas sim suas possibilidades diante de diversas restrições.

¹⁶ De acordo com DANNENBERG, Ronan. Zero Hora, Porto Alegre, p. 36, 26 jun. 2008.

sentidos e valores, priorizando um tipo de leitura, na Casa do General farroupilha, a do valor histórico. Já o *bem cultural*, além de possuir valor utilitário e econômico (valor de uso e de troca), é aquele enfatizado por seu valor simbólico: para o IPHAN, a Casa enquanto testemunho da vida campeira; para o MTG, seus adeptos e apoiadores, a Casa enquanto propriedade do Herói¹⁷ Farrapo, e de grande importância para os tradicionalistas.

Em termos jurídicos, é o valor cultural atribuído ao bem que justifica seu reconhecimento como patrimônio e sua preservação, garantindo aos cidadãos o direito à cultura, ou seja, aos valores que indicam a identidade da nação (FONSECA, 1997). Ainda segundo Fonseca (1997), em um bem tombado encontra-se dois tipos de propriedade: da coisa, alienável e que possui valor econômico; e dos valores culturais, definidos de forma simbólica, alheios ao proprietário da coisa, pertencente à Nação. Os valores que se pretendem preservar (culturais) são fruto de diversas relações e apropriações, reproduções de valores ao longo de um processo de produção simbólica e de prática social: são fruto da história. Estes valores aparecem claramente no caso aqui retratado, podendo-se verificar, tanto no Movimento Tradicionalista, quanto dentro do IPHAN, estes processos de produção simbólica, bem como de construção da base teórica – seja ela mais ou menos científica – que sustenta as atuações de ambas as partes diante do patrimônio em questão.

A definição de um objeto ou prática cultural enquanto patrimônio não é vazia nem totalmente arbitrária, mas é construída com base em uma motivação cultural. Desta forma, a preservação física do patrimônio, segundo Fonseca (1997), não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação: a leitura deste enquanto patrimônio pressupõe condições de acesso a significações de valores que justifiquem sua preservação, considerando-se o bem do ponto de vista de sua recepção e não de sua produção. O tombamento, método de preservação mais utilizado para bens móveis e

¹⁷ De acordo com o Movimento, David Canabarro é assim considerado, sendo referido no *Projeto Canabarro* como “Herói” ou “grande Herói” farroupilha.

imóveis, não considera a variação dos valores atribuídos ao patrimônio ao longo da história, nem as diferentes apropriações, feitas por diferentes grupos da sociedade, do mesmo bem. Foi exatamente por este motivo que se desenvolveram as atuações do IPHAN na Casa no sentido de instalar o Museu do Pampa, procurando justificar sua preservação, dando a ela um novo sentido, relacionado à cultura campeira: diferente, mas não oposto àquele que motivou seu tombamento.

2.2 UM MAUSOLÉU PARA OS RESTOS MORTAIS DE CANABARRO

O *Projeto Canabarro*¹⁸ consta no processo nº01512.000417/2008-21, seguindo após o ofício nº140/08 de 19/05/2008 do Gabinete do Prefeito de Livramento, assinado pelo então Secretário do Planejamento Robson Schmidt Cabral, endereçado à Superintendente do IPHAN/RS, Ana Lúcia G. Meira. Este ofício, embora não especifique, encaminha o *Projeto*¹⁹, e nele encontra-se o texto que segue:

Apraz-nos cumprimentá-la e, na oportunidade, vimos solicitar a Vossa Senhoria, parecer quanto à colocação do túmulo de David Canabarro na Casa de David Canabarro, em Santana do Livramento. O bem em questão foi edificado em meados do século XIX, tombado por este instituto em 1953 e sofreu duas reformas de caráter emergencial em 2002/2003 com recurso proveniente do IPHAN. A casa foi desapropriada e está a cargo da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento. Há na cidade um grupo tradicionalista que requisita a vinda dos restos mortais de David Canabarro para Santana do Livramento e sugere a colocação destes na casa tombada acima mencionada. Em decorrência disto pedimos um posicionamento deste instituto quanto à questão. [...]

O *Projeto* não está datado, mas consta no mesmo o período em que se pretendia realizar a proposta, setembro de 2008, e tem como responsável legal Edilson Villagran Martins, designado, conforme consta, presidente da Comissão instituída para o traslado dos restos mortais de Canabarro para Santana do Livramento. Segundo a descrição dos

¹⁸ Nem o Projeto Canabarro nem o Processo em questão têm suas páginas numeradas.

¹⁹ De acordo com o Parecer nº21, de 15 de julho de 2008, do IPHAN/RS, redigido pela servidora Beatriz Muniz Freire, o projeto foi entregue em mãos pelos tradicionalistas Edílson Villagran Martins e Natalina Cardoso Martins, com este ofício de encaminhamento.

participantes da Comissão constante no *Projeto*, composta do nome e da área de atuação/cargo de cada um, esta é integrada em sua maioria por pessoas ligadas diretamente ao Movimento Tradicionalista (como o próprio presidente do MTG e o Patrão do CTG 35). Os únicos participantes da Comissão, ao todo composta por onze pessoas, cujos cargos não remetem a vinculações com o Movimento são os de Jerry Valiente (servidor da SEDAC), Iraci Zart (Coordenadora da Casa Civil), Elisa Largura (Secretária de Turismo de Santana do Livramento) e Ana Zart Bonilha (arquiteta). Não consta no mesmo qualquer referência a um destinatário específico, sendo possível ler - no corpo do texto - somente o que segue:

Para que nosso objetivo possa ser concluído, buscamos junto **a esta respeitável Instituição**, o apoio necessário para a realização deste empreendimento. É de reconhecimento de todos nós o **trabalho desenvolvido por esta Instituição em defesa das mais diferentes formas de manifestação cultural de nosso país**. É de extrema importância contar com o apoio e a parceria **desta valorosa Empresa**, neste momento tão importante para todos nós gaúchos. (*Projeto Canabarro*, grifo meu)

Considerando que a proposta constante no *Projeto* é a de construção do Mausoléu na Praça General Osório, localizada no Centro do Município de Livramento, em contradição com o ofício de encaminhamento do *Projeto*, poderia concluir-se que o mesmo não foi feito com vistas ao IPHAN/RS, já que a este não caberia nenhum tipo de decisão quanto à colocação do Mausoléu no local. Desta forma, poder-se-ia considerar que o *Projeto* só foi encaminhado ao Instituto devido à sugestão da Prefeitura de Livramento de instalar o Mausoléu na Casa de Canabarro. Por outro lado, diversos fatores demonstram interesse do MTG em que o Mausoléu seja instalado no pátio da Casa tombada, bem como sua vinculação estreita com a prefeitura santanense.

O ofício que acompanha o *Projeto* já declara a intenção do “grupo tradicionalista” de levar os restos mortais de canabarro para a Casa do General, e foi redigido pelo Secretário de Planejamento de Santana. Quanto ao próprio *Projeto*, há no mesmo a referência a uma instituição que desenvolve trabalhos “em defesa das mais diferentes formas de manifestação cultural de nosso país”, remetendo-nos ao nível nacional da

autoridade da instituição em questão (o IPHAN). Além disso, a mesma Comissão, instituída em março de 2006 tem como uma de suas integrantes a então Secretária de Turismo de Livramento. Como visto anteriormente, a Prefeitura deste município em ofício à Santa Casa de Porto Alegre, datado de abril de 2006, afirmou já existir na Casa tombada “um espaço” destinado ao Mausoléu, de forma que o MTG poderia sim ter o interesse de que o mesmo fosse instalado na Casa de Canabarro, ainda que não o expressasse, ficando isso a cargo da prefeitura santanense.

Independentemente destas questões, seria de interesse do MTG instalar na Casa de David Canabarro um mausoléu com os restos mortais do General, a fim de apropriar-se do patrimônio de forma a atribuir à Casa um valor baseado na figura de Canabarro, considerado pelo Movimento um “grande Herói Farrapo”. Fazer isso antes que o IPHAN desse a Casa um sentido que fosse além do “heroísmo” de Canabarro, era garantir um reforço na perpetuação da memória instituída pelo Movimento. Segundo Pollak, “[...]cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.” (1992: 7). Tal memória tem sido mantida e reafirmada não somente através das comemorações da Semana Farroupilha, ou por meio dos CTGs, das músicas e vestimentas, além dos demais hábitos característicos do Movimento, mas também, e enfaticamente, através da apropriação do patrimônio histórico-cultural, como no caso estudado.

O *Projeto Canabarro* inicia com sua identificação, seguida de um breve histórico dos feitos de Canabarro (item 02, Apresentação), dos objetivos da proposta (item 03), e da justificativa para a mesma (item 04). O principal objetivo do *Projeto* era a construção do monumento que abrigaria os restos mortais de Canabarro, na praça central de Livramento, a partir do qual se criaria um roteiro turístico dentro da cidade, o qual não incluía a Casa à Rua 24 de Maio, e sim, entre outros pontos, a fazenda São Gregório, antiga propriedade do General. Conforme as justificativas, item 04 do Projeto,

Encaminhamos este projeto com o propósito de realizar a remoção e o traslado, compreendendo o trajeto entre as cidades de Porto Alegre e Sant'Ana do Livramento, dos restos mortais de David Canabarro. Nesta razão, contemplaremos, também, a construção de um monumento em homenagem a Canabarro, respeitando as formas arquitetônicas históricas culturais, que abrigará a urna funerária do Herói Farrroupilha. [...] Através da construção do Espaço David Canabarro, na Praça Central de Sant'Ana do Livramento, local que abrigará o monumento em sua homenagem, [...]

Em Carta encaminhada pela Comissão aos cuidados do Provedor da Santa Casa, datada do dia 10 de abril de 2006²⁰, é solicitada autorização para a retirada dos restos mortais de Canabarro do cemitério da Santa Casa e sua transferência para Santana do Livramento. Segundo correspondência da Comissão ao mesmo Provedor, datada de 27 de setembro do mesmo ano, a Comissão afirma que quando do requerimento constante na primeira correspondência, a Santa Casa de Misericórdia solicitou “a manifestação dos demais interessados na questão”. Tanto estas duas correspondências, quanto as manifestações de interesse²¹, constam no Projeto Canabarro após o item 04, Justificativa. Neste mesmo item, lê-se que “Famíliares e a população de Livramento querem de volta os despojos do Herói Farrroupilha à terra que ele escolheu para viver e morrer”. Assim, pode-se ver e-mails e cartas dos familiares de David Canabarro, favoráveis ao traslado, um abaixo-assinado, com quarenta e oito assinaturas de descendentes do General, e as manifestações dos interessados que seguem:

- a. a Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ao instituir a referida comissão através da Portaria nº011/06 de 30/03/2006;
- b. a Prefeitura de Santana do Livramento, no ofício nº104/06 de 12/04/2006, encaminhado à Santa Casa, onde declara ter interesse em receber os despojos;
- c. a Sociedade de Amigos de Livramento (SAL), que agrupa os santanenses em Porto Alegre, em carta de 12/05/2006;

²⁰ Também constante no *Projeto Canabarro*.

²¹ Além destes documentos, pode-se verificar plantas do referido monumento, a princípio, destinado à Praça Central de Livramento, e cópias de dezoito recortes de diversos jornais do Rio Grande do Sul referentes ao traslado.

- d. a Liga da Defesa Nacional, que auxiliou no primeiro traslado dos despojos do General²², através de carta do dia 23/05/2006;
- e. a Coordenadoria Tradicionalista do Município de Rosário do Sul, em carta de 08/08/2006;
- f. a Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, no ofício nº189/06 de 10/08/2006;
- g. o CTG Adaga Velha, também de Rosário do Sul, em carta de 11/08/2006;
- h. o CTG Crioulos do Caverá, também de Rosário do Sul, no ofício nº08/2006 de 12/08/2006.

Além destas instituições, constam em uma correspondência encaminhada por parte da Comissão para o traslado, aos cuidados do Sr. Gervásio Rodrigo Neves, então presidente do IHGRS²³, “a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e o Movimento Tradicionalista Gaúcho”. Há também uma carta redigida pelo tradicionalista Antônio Augusto Fagundes, membro da Comissão para o traslado, ao IHGRS, solicitando que este “respeitável Instituto” se manifestasse “a respeito da iniciativa santanense, que me parece meritória por todos os títulos”, alegando que “O povo e as autoridades de Santana do Livramento, e o próprio Rio Grande do Sul não se conformam” com a situação dos despojos de Canabarro em um pequeno túmulo na Santa Casa de Misericórdia²⁴. O IHGRS, por sua vez, na Ata constante no *Projeto Canabarro*, declara que

Foi aprovado registrar como posição do Instituto de que o pleito é válido e pede-se que aceite-se a decisão da família de Canabarro. Com a palavra Sérgio da Costa Franco pede para registrar que o problema não é histórico, não é do Instituto e sim da família de Canabarro que deve ser consultada. (Ata da Reunião de Assembléia Geral Extraordinária do IHGRS, de 26/07/2006)

²² Conforme Ata da Reunião de Assembléia Geral Extraordinária do IHGRS, do dia 26/07/2006.

²³ Tal correspondência tinha a finalidade de encaminhar ao IHGRS a solicitação de parecer quanto ao traslado dos restos mortais de Canabarro para Livramento, escrita por Antônio A. Fagundes, datada de 11/05/2006, e assinada por Ivo Benfatto e Edilson Villagran Martins, respectivamente membro e presidente da Comissão.

²⁴ FAGUNDES, A. A. [Carta] Porto Alegre, 09 de maio de 2006. [Para] Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Solicitação de manifestação quanto ao traslado dos despojos de David Canabarro.

Dado que a discussão do assunto em reunião formal no Instituto data de mais de setenta dias após a solicitação de Fagundes ao IHGRS e dada a descrição do problema por parte de Sérgio da Costa Franco, pode-se entender que o Instituto não apoiava enfaticamente o traslado e a instalação do Mausoléu à Canabarro, nem sequer cogitava a possibilidade deste ser colocado no pátio da Casa tombada, mas sim sujeitava à família do General a responsabilidade pelas decisões a serem tomadas, afirmando que a questão não era “histórica”, e nem um problema do Instituto.

A Santa Casa de Misericórdia, em carta de 27/10/2006, assinada pelo seu Provedor, informa que autoriza a Administração do Cemitério a entregar os restos mortais de Canabarro, mediante todas as manifestações favoráveis à remoção, encerrando a mesma como se segue: “Colho a oportunidade para reiterar-lhe os meus cumprimentos pelo êxito dos trabalhos desenvolvidos com vistas àquele **louvável empreendimento** e externar a todos os integrantes da Comissão o preito seguro da minha admiração.” (grifo meu). A Carta, endereçada à Comissão para o traslado, ao enfatizar o “louvável empreendimento”, a despeito dos refinamentos da escrita oficial, deixa claro a concordância da Santa Casa com a construção do Mausoléu.

Pode-se ver até aqui que há uma divergência aparente na documentação analisada quanto ao local de instalação do Mausoléu de Canabarro: por um lado, a Prefeitura de Santana do Livramento, de acordo com o ofício nº104/2006 de 12/04/2006, declara que o local destinado seria a Casa de David Canabarro; por outro lado, a Comissão para o traslado dos despojos do General afirma, em Carta de 27 de setembro do mesmo ano, encaminhada à Santa Casa, que o local seria a Praça General Osório, localizada no Centro da cidade de Livramento.

Diante disso, aparecem algumas lacunas no *Projeto Canabarro*, sendo a primeira delas o fato de não constar no mesmo uma solicitação de manifestação – que explicita o local de construção do Mausoléu – quanto ao traslado, mas somente as respostas dos referidos interessados, à exceção do IHGRS, para quem o Sr. Antônio A. Fagundes escreveu uma carta encaminhada ao Instituto pela Comissão. Não se sabe, devido a

isso, se as instituições, à exceção da Santa Casa, tinham conhecimento de onde seria construído o Espaço Canabarro. É possível que nem sequer exista tal solicitação de manifestação, e as tratativas poderiam ser feitas informalmente, o que, mesmo existindo uma solicitação formal, por não constar no *Projeto*, leva-nos a acreditar que não era de interesse da Comissão para o traslado que esta solicitação fosse conhecida ou formalizada.

3 O ESPAÇO DAVID CANABARRO: ENTRE NOTIFICAÇÕES E CAVALGADAS

3.1 A ATITUDE DA “POPULAÇÃO”: O MAUSOLÉU E A CAVALGADA

Há um conjunto de dezoito recortes de diferentes jornais que compõe o *Projeto Canabarro*, referentes ao traslado dos restos mortais do General, dos quais apenas dois não possuem data, sendo que um destes não possui sequer a fonte. Entre estes dois, o primeiro, do Jornal Extra-Classe, declara que o túmulo de Canabarro será instalado na Praça Central de Livramento, e o segundo, é apenas um resumo da biografia do General.

Os recortes mais antigos entre os selecionados datam de outubro de 2005, e versam sobre o início da movimentação para retirar os despojos de Canabarro da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e levá-los para Livramento. Sobre a instalação do Mausoléu, entre os seis recortes do mês de outubro do referido ano, dois relatam que o mesmo seria construído ou na Fazenda São Gregório ou na Casa à Rua 24 de Maio (Zero Hora, de 11/10/2005 e A Platéia, Santana do Livramento, de 12 e 13/10/2005). Um terceiro recorte, do jornal O Timoneiro (do Município de Canoas), de 21 a 27/10/2005, declara: “O local escolhido em Livramento, seria a casa onde Canabarro viveu, na Rua Vinte e Quatro de Maio. Casa que, conforme dona Natalina [esposa de Villagran] me informou, foi tombada pela Prefeitura de Santana do Livramento”. O Autor, Olegar Lopes, escreve no início da nota que lera a reportagem de 11/10/2005 na Zero Hora, mas mesmo assim, define a Casa de David Canabarro como o local pretendido para instalação do Mausoléu, e confunde (não se sabe se ele ou dona Natalina) a instituição que tombou o imóvel. Os outros três recortes de outubro referem-se somente ao traslado dos despojos, mas não a sua instalação.

Há outro recorte do mês de novembro de 2005, bem como um de março de 2006, sendo que o primeiro (O Timoneiro, Canoas, 28/10 a 03/11 de 2005) somente menciona

apoio à Villagran, e o segundo (Zero Hora de 30/03/2006, data em que foi instituída mediante portaria da SEDAC a Comissão para o traslado dos restos mortais de Canabarro) define a “antiga residência de Canabarro no Interior” como o destino dos despojos do General.

Um segundo conjunto é composto por cinco recortes de jornais, do mês de agosto de 2006, o primeiro destes, tem como fonte a Gazeta de Rosário (do Município de Rosário do Sul), de 01/08/2006, e somente convoca tradicionalistas do Município a apoiarem a Comissão do traslado, declarando que a mesma solicita “um túmulo digno para reverenciar o militar que ajudou a tornar o Rio Grande do Sul, por uma década, república separada do Brasil.”, não referindo-se ao local de construção do Mausoléu. Os recortes da Zero Hora de 12/08/2006 e de A Platéia de 11/08/2006, também não afirmam onde será construído o túmulo, declarando o primeiro, que este será construído em Santana, e o segundo que o prefeito na época iria se reunir com a Comissão a fim de “providenciar e adotar medidas necessárias para o traslado”. Nos outros dois recortes, A Platéia de 13 e 14/08/2006 e a Gazeta de Rosário, de 23 e 24/08/2006, afirma-se que o local escolhido é a Praça General Osório, no Centro de Santana sendo que no segundo, consta: “O local escolhido **em comum acordo** entre a Comissão e a Municipalidade foi a Praça Gen. Osório.” (grifo meu). Como pode-se notar, este “comum acordo”, em um jornal aos dias 23 e 24 de agosto, soa destoante do que consta no ofício nº104/2006 de 12/04/2006, da “Municipalidade”, bem como da Carta de 27 de setembro do mesmo ano, da Comissão, ambos encaminhados à Santa Casa de Misericórdia.

Em outro recorte, de A Platéia, datado de 15 e 16/11/2006, consta que “o município e a comunidade de Sant’Ana proverão a construção do monumento ao herói farrapo na praça General Osório e, uma vez pronto, será realizado o traslado, bem como o ato cerimonial relativo ao evento, conforme disse a secretária Elisa Largura.”

Somente dois recortes datam do ano de 2007, uma lacuna a ser discutida a respeito do Processo nº01512.000417/2008-21. O primeiro, de 07/01/2007, do jornal Correio do Povo, relata que “Um monumento na Praça General Osório – a Praça da

Matriz – guardará os restos mortais do último comandante-em-chefe do exército farrapo[...]” e que a Comissão “já recebeu aval para o traslado e definiu a construção da obra com o prefeito Wainer Machado. Agora estão sendo acertados os detalhes para a transferência.” A liberação para o traslado datava de 27/10/2006, constante na Carta da Santa Casa de Misericórdia endereçada à Comissão para o traslado, liberando o transporte da urna funerária de Canabarro para Santana do Livramento. Já a “definição” da construção da obra, ou seja, a concordância em construir o Mausoléu na Praça a esta data, não só contradiz o desfecho da questão, mas a própria oposição – mesmo que aparente - existente ainda em 2008 entre o ofício nº140/08 de 19 de maio (onde o Secretário de Planejamento de Santana solicita ao IPHAN parecer quanto à colocação do túmulo na Casa de David Canabarro) e o *Projeto Canabarro* (que propõe a instalação do túmulo na praça General Osório, e data do mesmo ano).

O segundo recorte do ano de 2007, e o último do *Projeto*, é do jornal A Platéia, de 21/07/2007, e trata do fim do processo de desapropriação da Casa de David Canabarro, quando o antigo morador do imóvel passou as chaves do mesmo ao então prefeito de Livramento, Wainer Machado. De acordo com a reportagem, “Assim, o município cumpre com a contrapartida realizada no convênio que possui com o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para que através de verba federal possa ser concretizado o projeto ‘Museu do Pampa Gaúcho’ [...]”. A necessidade da desapropriação, acompanhada da solicitação à prefeitura de que esta desse ao imóvel um sentido público consta da Informação Técnica nº082/08, de 15/07/2008, do IPHAN/RS. Quanto à fonte, no jornal A Platéia aparece somente uma vez (entre as reportagens selecionadas pelo Autor do *Projeto* para constar no mesmo) a possibilidade da instalação do túmulo na Casa tombada (edição de 12 e 13/10/2005), passando a referir, nas demais ocasiões, o local escolhido como a Praça General Osório.

Diante das contradições que aparecem com relação ao local de implantação do Mausoléu de Canabarro, tanto em meio aos recortes analisados, quanto entre as correspondências oficiais das instituições e demais documentos, e diante do período de

três anos (2005 a 2008) passados até a efetivação do traslado, é possível cogitar que a “população” estivesse esperando a desapropriação da Casa de Canabarro para realizá-lo, já com a finalidade de instalar o túmulo no pátio do imóvel tombado. Tendo em vista que a desapropriação só ocorreu em julho de 2007, a dois meses da Semana Farroupilha, e que o estado de conservação da Casa não era satisfatório, ao ponto de demandar nova restauração no ano de 2008, o tempo para construção do Mausoléu e transporte da urna funerária a cavalo, como pretendia o MTG, seria demasiado curto, ficando o projeto para o ano seguinte. Em 25 de junho de 2008, inaugurou-se a Casa de Cultura de Santana do Livramento, no imóvel em questão, o qual também passou a abrigar a ONG Amigos da História e o ateliê da Tribo da Arte²⁵.

De acordo com o *blog Cavalgada Histórica: O retorno de David Canabarro*, pertencente ao jornal Zero Hora, no dia 23 de agosto de 2008 um grupo de 25 cavaleiros tradicionalistas deixou a cidade de Porto Alegre e partiu em direção a Santana do Livramento, levando consigo os despojos do General. O *blog* em questão foi escrito por Ronan Dannenberg, nascido em Taquari, assim como Canabarro, que acompanhou pessoalmente a cavalgada. Segundo o Autor, “Estar presente no momento em que a missão foi cumprida e ver a urna ser enterrada com terra taquariense foi um importante registro pessoal e profissional que tive a oportunidade de conquistar.” (Postado por Ronan Dannenberg/Santana do Livramento, em 15/09/2008, às 13h26). Diante disso, constata-se que o *blog* foi feito por alguém que de certa forma está ligado ao tradicionalismo, e se dirige para o público vinculado ou simpatizante ao Movimento. Além deste *blog*, o jornal Correio do Povo também publicou diversas matérias acompanhando a cavalgada de traslado dos restos mortais de Canabarro para Livramento.

O próprio momento em que ocorreu a cavalgada, ao longo dos preparativos para a comemoração da Semana Farroupilha, torna qualquer tipo publicação partidária do Movimento Tradicionalista atrativa para parte significativa da população do estado do Rio Grande do Sul, e, conseqüentemente, não só recebe aceitação, como alavanca índices

²⁵ Segundo DANNENBERG, Ronan. Zero Hora, Porto Alegre, p. 36, 26 jun. 2008.

de acesso aos sites, no caso do *blog*, ou de venda, no caso do jornal impresso. Devido ao alcance e aceitação do MTG no estado, pode-se concluir que publicações nos jornais do Rio Grande do Sul, que falem em prol das movimentações tradicionalistas alcançam um grande número de adeptos, e podem inclusive influenciar a recepção do público com relação aos acontecimentos narrados, mobilizando-o em torno dos mesmos, como afirma Maria Helena Capelato, “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (1988: 21).

Ao longo do trajeto acrescentaram-se ao grupo outros 25 cavaleiros, e foi durante o mesmo que teve início a construção do Mausoléu na Casa de Canabarro, concluída a tempo da chegada do grupo a Livramento, no dia 13 de setembro. Ao chegarem à cidade, a urna foi conduzida por uma charrete guiada pelos descendentes de Canabarro, até o Mausoléu na Casa do General, em uma cerimônia onde compareceram aproximadamente 500 pessoas, ao fim da qual os organizadores do traslado receberam medalhas de homenagem (Postado por Ronan Dannenberg/Santana do Livramento, em 13/09/2008, às 18h40).

A instalação do Mausoléu na Casa tombada ocorreu, seja devido à sugestão da prefeitura de Santana do Livramento, ou às pressões da “população”, ou mesmo a ambas, independente da oposição do IPHAN²⁶. Arantes afirma que:

La producción de las tradiciones puede ser interpretada como un trabajo de “colage” en que fragmentos de la cultura material y prácticas originarias de distintos contextos sociales y momentos históricos son reunidos y recontextualizados para servir como matéria de distinción y diferenciación de grupos sociales em el presente.

Me parece que el llamado patrimonio cultural puede ser definido como el acervo de bienes que resultan de esse complejo proceso que frecuentemente implica em **luchas políticas y culturales**. (ARANTES, 1990: 9, grifo meu)

Sua concepção de patrimônio cultural inclui as disputas características do campo, travadas por diferentes intelectuais, tanto do âmbito das instituições públicas, no caso, o IPHAN, quanto de outros setores da sociedade, no caso, a “população”, tomada aqui

²⁶ Tal oposição pode ser verificada no Parecer nº21, de 15/07/2008, bem como nas Notificações dadas pelo IPHAN à Prefeitura de Santana do Livramento, a serem analisados no item 3.2 deste Capítulo.

como o MTG e seus apoiadores, entre eles a Prefeitura de Santana. Além disso, a definição do autor abrange o aspecto de distinção e diferenciação de identidades dos grupos sociais, que se torna possível também através do reconhecimento do patrimônio. No momento da instituição da Casa de David Canabarro enquanto patrimônio histórico por parte do IPHAN, o Instituto opta por valorizar o discurso que na mesma época embasava o surgimento do MTG: a exaltação do passado heróico e de seus destacados líderes no Rio Grande do Sul. Com o acréscimo trazido pela inclinação oficial do IPHAN para o Patrimônio Imaterial (mais enfática a partir do ano 2000), o objetivo era dar um outro sentido à Casa, atribuindo à ela também a dimensão imaterial do patrimônio, no que se refere à exposição dos saberes e práticas da cultura campeira, indo além da figura de Canabarro. Estas diferenças na forma de apropriarem-se do patrimônio trazem à tona, no relacionamento entre o IPHAN/RS e a “população”, as tensões e lutas políticas e culturais que compõe o campo, e que podem ser vistas nos documento trocados entre ambos, assim como nas atitudes decorrentes das disputas teóricas ou documentais.

3.2 A RESPOSTA DO IPHAN: NOTIFICAÇÕES E ABDICAÇÃO

Há um Parecer, de nº21, de 15 de julho de 2008, redigido pela servidora Beatriz Muniz Freire, como resposta ao *Projeto Canabarro*, encaminhado pela Secretaria de Planejamento de Santana do Livramento. O Parecer ressalta a divergência entre o local de construção do túmulo, e afirma que a Casa não era residência de Canabarro, e sim uma casa de passagem do General. De acordo com Freire,

Não caberia, portanto, a proposta de sediar no imóvel um museu-casa, dedicado à biografia de Canabarro, optando o IPHAN por priorizar as temáticas relacionadas à cultura e ao meio-ambiente pampeanos. O Museu do Pampa, conforme proposto pelo IPHAN, abrangerá não apenas a Casa, mas também o terreno a sua volta, que receberá tratamento paisagístico adequado. (Parecer nº21, de 15/07/2008, do IPHAN/RS)

O mesmo Parecer considera inadequada a instalação de um mausoléu no terreno da Casa de David Canabarro. Como já foi analisado, na mesma data deste Parecer foi feita a Informação Técnica nº082/08, que solicitava ao DEMU a reconsideração do Plano de Ação para a primeira fase do Museu do Pampa, uma tentativa de não perder a disputa pelo uso do imóvel. De acordo com Freire, a respeito da proposta da “população” de instalar o Mausoléu na Casa,

Desnecessário dizer que tal iniciativa contraria a proposta do IPHAN de vincular a Casa à temática mais geral do pampa como ambiente e área cultural, destinando-a ao restrito papel de tributo a Canabarro, representado na perspectiva, já muito datada, da história vista como relato ‘das realizações dos grandes homens’. (Informação Técnica nº082/08, de 15/07/2008, do IPHAN/RS)

Constata-se então, do ponto de vista do IPHAN, a impossibilidade do convívio dos dois usos da Casa. Já em 26 de julho o IPHAN/RS envia a primeira Notificação²⁷ à Prefeitura de Santana do Livramento, então responsável pelo imóvel, onde consta que uma vistoria de fiscalização feita pelos técnicos do IPHAN/RS no início do ano, que resultou no encaminhamento do ofício nº456/08 de 03/06/2008, solicitara providências de reparo, com a orientação do IPHAN, que não foram tomadas. Na Notificação, constante no Processo nº01512.000417/2008-21, afirma-se que a imprensa vinha veiculando a instalação do Mausoléu no terreno da Casa “sem a devida aprovação do projeto, conforme determina o referido Decreto-Lei [Decreto-Lei nº25 de 30/11/1937].” Na Notificação ainda consta a solicitação da suspensão da obra até sua regularização, bem como da tomada das providências requeridas, em um prazo de 48 horas.

Em 28 de julho chega por e-mail ao IPHAN/RS a resposta a primeira Notificação, por parte da Secretaria de Planejamento de Livramento, encaminhando em anexo o ofício nº239 de mesma data, no qual consta o que segue:

[...] venho através deste solicitar autorização **e aprovação** desta instituição quanto à construção de um monumento que abrigará os Restos mortais do General David Canabarro. [...] O projeto Arquitetônico será o mesmo

²⁷ Notificações e Ofícios dentro das Superintendências do IPHAN são sempre assinados pela Superintendente, ou seu Substituto legal, no caso, a Arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira.

anteriormente apresentado a esta instituição, onde inicialmente apresentava proposta de instalação na Praça General Osório. A alteração se dá em função das melhores condições que o novo local apresenta. (Ofício nº239, de 28/07/2008, da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Santana do Livramento)

O ofício também menciona que a obra já foi aprovada por diversos órgãos municipais e entidades ligadas ao movimento tradicionalista, e que a mesma não traria prejuízos nem danos à Casa tombada. Segundo o Secretário, além disso, “a comunidade tradicionalista está imbuída de trazer para Santana do Livramento os Restos Mortais do General David Canabarro através da realização de uma grande cavalgada que prestará homenagem a este ícone da história do Rio Grande do Sul”. Como visto, a “solicitação de aprovação” da construção do monumento não dá conta do que foi pedido na primeira Notificação, e ainda espera que o IPHAN/RS aprove a obra que estava prestes a ser construída.

Redigida em 29 de julho do mesmo ano, pelo arquiteto Luiz Fernando Rhoden, pode-se verificar no Processo nº01512.000417/2008-21 a Informação Técnica nº102/08, do IPHAN/RS, que sugere alterações no Mausoléu, mas não afirma contrariedade à construção do mesmo na Casa tombada, conforme segue:

A Prefeitura pressionada pelo Movimento Tradicionalista, que formou uma comissão pela devolução dos restos mortais de David Canabarro à cidade, entendeu de projetar um monumento funerário no terreno da Casa. Ressalta-se que, embora seja construído o monumento, a responsabilidade pela preservação da casa continua sendo da Prefeitura e, neste sentido, ainda não foi apresentado nenhum projeto que contemple a notificação enviada, ou seja, estamos desviando o foco daquilo que é principal neste processo. [...] Analisando a proposta enviada, verificou-se que não há uma planta de localização e que o monumento está com altura muito elevada. Sugere-se que o mesmo não tenha mais que 1,00 m de altura e que seja localizado a meio caminho entre a entrada do terreno e a casa. (Informação Técnica nº102/08 de 29/07/2008, do IPHAN/RS)

Certamente ainda não havia uma planta de localização do Mausoléu devido à contradição com relação ao assunto entre o ofício de encaminhamento do *Projeto* e o próprio *Projeto*. Pode-se verificar aqui uma contradição de opiniões dentro do próprio IPHAN/RS, entre a Historiadora e o Arquiteto em questão, tendo em vista que este último

nem sequer citou a intenção do IPHAN/RS em montar no referido imóvel o Museu do Pampa.

Uma segunda notificação por parte do IPHAN/RS à Prefeitura de Livramento data de 10 de setembro de 2008, e foi enviada “tendo em vista que as solicitações contidas na primeira notificação, expedida em 26 de agosto de 2008, não foram atendidas.” O mesmo documento solicita providências em um prazo de 48 horas, bem como a suspensão da dita obra até sua regularização. Como visto, nesta data, os cavaleiros do MTG já estavam a três dias de chegarem a Santana do Livramento com a urna funerária de Canabarro, concluindo-se, portanto, que o monumento já estava pronto, em que pesem as notificações. Após a segunda notificação não consta no processo uma resposta da Prefeitura de Santana, mas somente uma terceira notificação, nº24/09, datada de 06 de abril de 2009, onde o Instituto relata que a Prefeitura não respondeu nem atendeu às solicitações das duas primeiras notificações, e pede providências para a regularização das intervenções executadas no terreno. No mesmo documento, lê-se:

Alerta-se que a não observância do acima disposto acarretará em sanções legais conforme a legislação acima citada [Decreto-Lei nº25 de 30/11/1937 e Código Civil Brasileiro], em especial o contido no Parágrafo Único do Art. 17 do Decreto Lei 25/37, que atribui responsabilidade pessoal à autoridade responsável pela infração, tratando-se de bem público, como é o caso, bem como o envio do processo para a Procuradoria Regional Federal/4ª Região, para fins de propositura de ação civil pública. (Notificação nº24/09, de 06/04/2009, do IPHAN/RS)

Como no caso anterior, a notificação nº24/09 não possui resposta no Processo nº01512.000417/2008-21, no qual consta, datado de 09 de abril de 2009, o ofício nº218/09, em que o IPHAN/RS informa a Prefeitura de Santana do Livramento estar abdicando à proposta de instalar o Museu do Pampa na Casa de David Canabarro.

A decisão do IPHAN foi motivada pela falta de apoio à proposta. A Prefeitura assumiu projeto próprio de ocupação do imóvel, contrariando acordos anteriores, desprezando investimentos já realizados (restauração da Casa, realização de pesquisa arqueológica e Oficinas de Museologia etc) [sic] e ignorando sucessivas notificações que lhe foram remetidas por este instituto devido a intervenções realizadas sem prévia aprovação, como determina o Decreto-Lei nº 25/37.

Assim sendo, desenvolveremos o projeto de criação do referido Museu em outro município, em área de propriedade da União. (Ofício nº218/09, de 09/04/2009, do IPHAN/RS)

Após este ofício, o último documento que compunha o processo, na época, era o Despacho Administrativo nº17/2009 de 07/05/2009, do Dr. Oscar J. T. Monteiro de Barros, Procurador Federal, que reitera a necessidade de remeter o processo a Procuradoria Regional Federal. Este despacho é resultado de uma solicitação de providências jurídicas, feita, à mão, pela Superintendente do IPHAN/RS.

De acordo com Stewart²⁸ (*apud* GONÇALVES, 2002), há um desejo insaciável pelo passado que se perdeu, expresso nos bens considerados patrimônio, que o autor considera como a chamada “estrutura do desejo”. Esta estrutura é composta de uma parte visível, presente – o significante – e de uma parte invisível, ausente – o significado – e pode ser verificada nos posicionamentos dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural. A Casa de David Canabarro, o significante, compunha uma estrutura de desejo juntamente com seus dois significados, o de propriedade pertencente ao “herói” farrapo e o de imóvel testemunho da vida campeira. As disputas por qual significado seria de fato estabelecido e dado oficialmente à Casa culminaram com a instalação do Mausoléu ao General Farroupilha, que passou a abrigar os despojos do mesmo, em setembro de 2008.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (1997) as políticas de preservação do patrimônio iniciam-se num nível simbólico: reforçam a identidade coletiva, a educação e a cidadania. Este poder simbólico do patrimônio, por sua vez, é produzido de forma restrita a um campo constituído de intelectuais de determinadas áreas, e é objeto de ação política, por meio do reforço da identidade nacional e de sua aceitação consensual, em meio à diversidade. Desta forma, quando tratamos da Casa de David Canabarro enquanto Patrimônio Histórico Nacional, tal eleição se deu dentro deste campo restrito, e atribuía ao imóvel um valor que reforçava esta identidade nacional. O tombamento da

²⁸ STEWART, F. *On longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection*. Baltimore: the Johns Hopkins University Press, 1984.

Casa, ou seja, o tornar-se patrimônio, tem um fim em si, mas não determina a integração do bem com a comunidade. Esta integração configurou-se ao longo de tempo, de acordo com as diferentes apropriações do imóvel, primeiramente, em níveis simbólicos, que culminaram com as disputas aqui retratadas e seu desfecho, entre outras que possam ter ocorrido antes desta, e que, por questões de tempo e recursos, não foram analisadas no presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comumente presumimos que a inclinação de um órgão responsável em nível nacional pela preservação do patrimônio em um país continental e com tantas disputas históricas a respeito da cultura como o Brasil, seria a de procurar estabelecer mais um ícone ou uma referência que desse ao país certa homogeneidade cultural. De fato, por muitos anos a atuação do IPHAN se caracterizou pela proteção ao patrimônio de “pedra e cal” (FONSECA, 1997), dando destaque a arquitetura lusitana e barroca. Porém, hoje, o IPHAN vem buscando tratar das diversas referências culturais do país, aceitando que o patrimônio cultural no Brasil é composto também pelo patrimônio imaterial de indígenas, afro-descendentes e imigrantes, como bem mostram os trabalhos desenvolvidos na instituição nos últimos dez anos.

Neste trabalho pode-se concluir que, no lugar da Instituição anteriormente homogeneizante, entrou certa parcela da população inclinada a atribuir à história novamente um sentido positivista, de valorização de grandes acontecimentos e dos mitos de grandes heróis, manifestado no apoio ao traslado dos despojos de David Canabarro e da instalação do Mausoléu no imóvel em questão, a fim de abrigar os mesmos. Não se pode comparar o nível de aceitação que o Movimento Tradicionalista possui no estado, com o nível de influência do IPHAN: o desenvolvimento do trabalho de enquadramento e reforço da memória instituída pelo MTG desde a década de 1940 opõe-se aos perigos da homogeneidade cultural e da desvalorização do regional diante do nacional, características de uma visão ainda muito aceita dentro do IPHAN. Mas pode-se perceber neste trabalho que a oposição entre a visão do IPHAN e a da “população” com relação ao patrimônio constituiu um dos principais pontos que levaram ao desfecho da instalação do Mausoléu e da abdicação do IPHAN/RS com relação ao projeto do Museu do Pampa, na referida Casa.

A análise dos documentos constantes no Processo nº01512.000417/2008-21, feita ao longo do segundo e do terceiro capítulo possibilitou o estabelecimento de uma cronologia dos fatos, bem como um melhor entendimento das contradições e lacunas constantes no mesmo. Além disso, revelou-se claramente a disputa pela apropriação do patrimônio tombado, a fim de definir o valor cultural do mesmo, vinculando-o a determinado público. Foi possível perceber que tanto o IPHAN/RS quanto a “população” se mobilizaram com o intuito de apropriar-se do patrimônio de forma a reforçar a identidade local, buscando, cada um, vinculá-la ao valor atribuído por seu grupo. Desta forma, a proposta do IPHAN de transformar a Casa de David Canabarro em sede do Museu do Pampa, buscava dar ao mesmo um sentido considerado mais amplo e abrangente, o de valorização da cultura campeira, enquanto a proposta da “população” visava à exaltação da memória da Guerra dos Farrapos e do General David Canabarro. Como visto ao longo do terceiro capítulo, em meio a várias disputas, a segunda proposta prevaleceu, pela força, estando hoje sujeita às sanções legais por infração ao bem tombado.

As respostas às questões propostas sobre as relações entre o IPHAN e o bem tombado, e entre a “população” e este mesmo bem puderam ser esclarecidas nos dois últimos capítulos, assim como as propostas de apropriação do patrimônio e as diferentes visões sobre o mesmo. Como proposto inicialmente, ao longo do texto foi possível analisar os personagens participantes das disputas, e as divergências de opiniões e de enfoques dados ao patrimônio a fim de dar uma pequena contribuição para um melhor entendimento das lutas políticas e culturais presentes em torno da apropriação do patrimônio.

FONTES PRIMÁRIAS

Processo nº. 01512.000417/2008-21: *Solicitação de parecer a respeito da instalação do Túmulo de David Canabarro*, em trâmite na sede do IPHAN/RS.

Plano de Ação Exercício de 2008: Projeto Criação do Museu do Pampa - Fase I. Responsável: Beatriz Muniz Freire. Na sede do IPHAN/RS.

Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 03/11/2009.

Decreto nº3.551 de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 03/11/2009.

Constituição Federal de 1988, Artigos 215 e 216. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 25/11/2009.

Prefeitura de Santana do Livramento <pmfale@yahoo.com.br>. Iphan – A/C Ana Meira (Monumento na área da Casa David Canabarro). [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: IPHAN/RS <12sr@iphan.gov.br>. Anexo: ofício 239/08 (monumento David Canabarro-Iphan).doc. Em 28 ago. 2008. Na sede do IPHAN/RS.

DANNENBERG, Ronan. Zero Hora, Porto Alegre, p. 36, 26 jun. 2008.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antônio Augusto. *La preservación del patrimonio como practica social*. Primeira Versão, IFCH/UNICAMP. Nº 01, 1990.

CAVALCANTI, Maria Laura. *Entendendo o Folclore*. Março/2002. Disponível em: <www.cnfcp.gov.br>. Acesso em: 24/11/2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Algés: DIFEL, 2002. pp. 215 a 225

CHIAPPINI, L.; MARTINS, M. H.; PESAVENTO, S. J. (Org.) *Pampa e Cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. MACHADO, Luciano Vieira (Trad.). Estação Liberdade (Editora desta tradução).

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, PPGAS. Ano 11, nº23, jan/jun de 2005. p. 113 a 144.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GOLIN, Tau. *Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. UFRJ/MINC/IPHAN. Rio de Janeiro, 2002. 2 ed.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as Culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, PPGAS. Ano 11, nº23, jan/jun de 2005. p. 15 a 36.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Editora/ Editora Revista dos Tribunais, 1990. [1945, póst.]. Capítulo 2: *Memória Coletiva e Memória Histórica*. p. 53 a 89.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes (Trad.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. CAVALCANTI, Celina Cardin (Trad.). pp. 9 a 24.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. pp. 9 a 41.

LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 17 ed. Coleção Antropologia Social. Diretor: Gilberto Velho.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003. Documento/Monumento pp. 525 a 541.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. Memória – História. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. pp. 11 a 50.

LIMA FILHO, Manoel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. 25ª Reunião de Antropologia – Goiânia. ABA – Associação Brasileira de Antropologia.

MAESTRI, Mário. *A invenção da tradição: o Movimento Tradicionalista Gaúcho*. La Insígnia. Brasil, setembro de 2002.

MEC/SPHAN/FNPM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980. Capítulos I ao V; Anexos VI, IX, XIV e XXX.

MINC/IPHAN/DID. *O Patrimônio Cultural Brasileiro: novos instrumentos de preservação*. Texto: Ana Cláudia Lima e Alves. Brasília, fevereiro de 2002.

MINC/IPHAN/FUNARTE. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, julho de 2003.

NEDEL, Leticia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História. Orientador: Prof. Dra. Cléria Botelho da Costa. 2005. pp. 211 a 372.

_____. Breviário de um Museu mutante. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, PPGAS. Ano 11, nº23, jan/jun de 2005. pp. 87 a 112.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História, nº10, dez. 1993. PUCSP.

OLIVEIRA, Fabiana & SOARES, André Luís R. *Educação Patrimonial e Pesquisa arqueológica do "Sítio Casa de David Canabarro" em Santana do Livramento, RS.* Disponível em: <<http://cidadereveladaadm.itajaí.sc.gov.br/arquivos/COM - 08.pdf>>. Acesso em: 27/03/2008.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social.* Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, nº. 10, 1992. p. 1-15 (no original: p. 200-212). Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28/06/2009.

PRATS, Llorenç. *Antropologia y patrimonio.* Barcelona: Editora Ariel S. A., 1997. pp. 19 a 92.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos.* Madrid: Visor, 1999.

SÁNCHEZ, Andréa Quadrelli. *A Fronteira Inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica.* Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Orientador: Prof. Dr. Ruben George Oliven. 209 p. 2002.

SANTI, Álvaro. *Do Partenon à Califórnia: o nativismo gaúcho e suas origens.* Síntese Riograndense. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

THUILIER, Guy & TULARD, Jean. *Cómo preparar un trabajo de historia (métodos y técnicas).* Barcelona: Oikos-tau, S.A., 1989.

VOLKMER, José Albano. *Memória Cultural e o Patrimônio Intangível.* Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2000. 5 p. Trabalho retirado da Internet.

ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Orientador: Prof. Francisco Marshall. 150 p. 2006.

SÍTIOS NA INTERNET

<http://educacao.uol.com.br/literatura/ult1706u51.jhtm>. Acesso em: 23/11/2008.

<http://educacao.uol.com.br/portugues/ult1706u52.jhtm>. Acesso em: 23/11/2008.

<http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 03/06/2009.

<http://www.pucrs.br>. Acesso em: 03/06/2009.

<http://www.fapa.com.br>. Acesso em: 02/06/2009.

<http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 03/11/2009.

<http://www.zerohora.com/cavalqadahistorica>. Acesso em: 11/11/2009.

<http://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 11/11/2009.